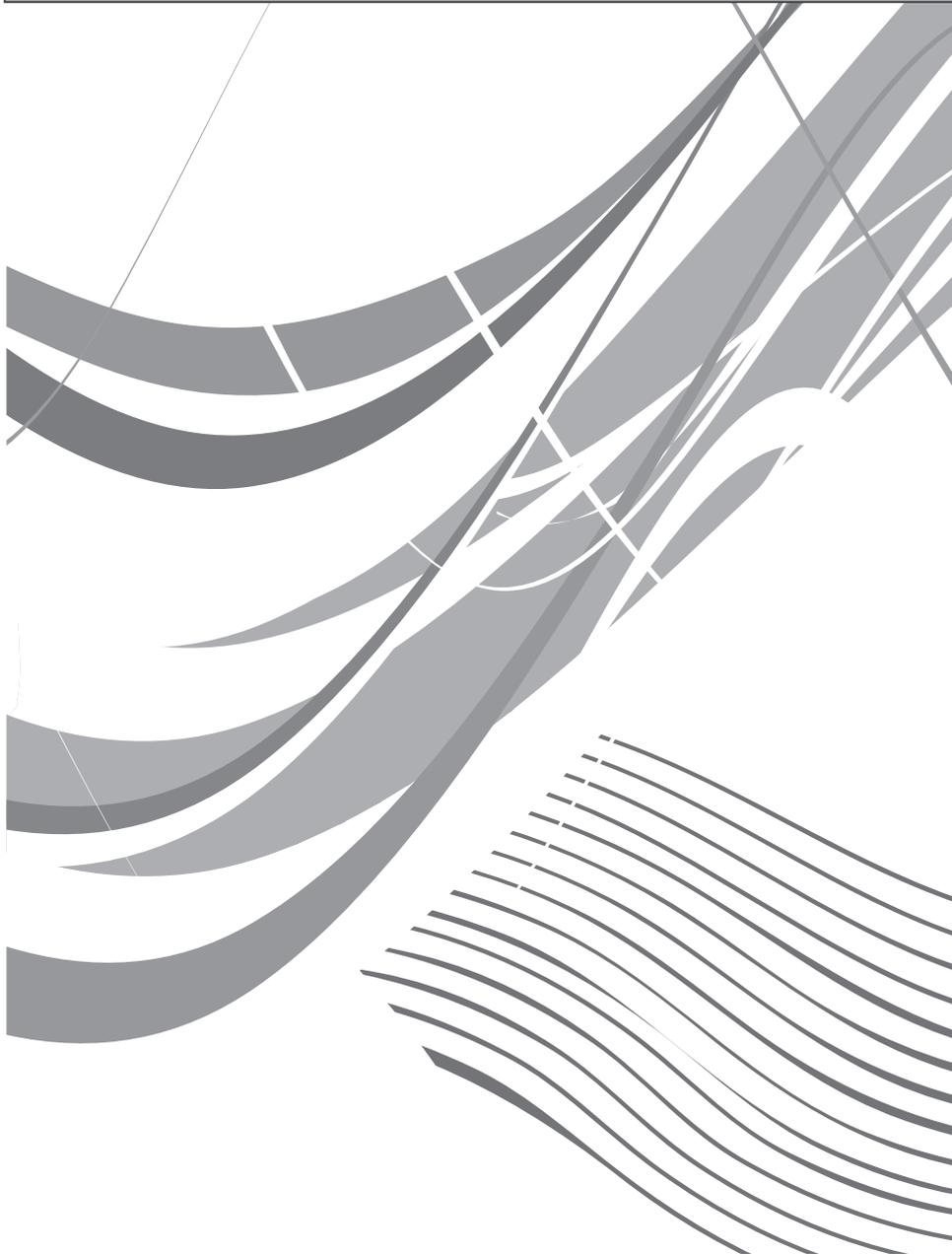


# Revista

## Tempo, Espaço e Linguagem



# A CONTRIBUIÇÃO CULTURAL DE RAYMOND WILLIAMS PARA UMA ANÁLISE LITERÁRIA

The cultural contribution of Raymond Williams for a literary analysis

La contribución de la Cultura Raymond Williams para un análisis literario

Bethânia Cristina Gaffo<sup>1</sup>

1. Programa de Pós-graduação em História  
- UEL - PR.

**GAFFO. B. C. A contribuição cultural de Raymond Williams para uma análise literária. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. Irati, v. 03, n. 03, Set-Dez. p. 182-198, 2012. ISSN 2177-6644**

## Resumo

Raymond Williams realiza uma reflexão sobre a ideia de campo e de cidade que a maioria de nós fazemos. Este autor que contribuiu de forma significativa para os estudos culturais, permite expandir nosso olhar para muitas questões que estão há muito tempo arraigadas no imaginário ordinário. Este trabalho coloca em diálogo algumas obras de Raymond Williams, com o objeto de pesquisa que consiste na obra de Cornélio Penna intitulada *A Menina Morta*.

## Palavras-chave

Raymond Williams. Cornélio Penna. Campo e Cidade. Literatura.

## Abstract

This Raymond Williams develops a reflection on the idea of city and country that most of us do. This author, who contributed significantly to the cultural studies, allow us to expand our look at many issues that have long been rooted in the ordinary imaginary. This article puts in dialogue some works of Raymond Williams with the object of my research, which is the work of Cornelius Penna entitled *The Dead Girl*.

## Keywords

Raymond Williams. Cornelius Penna. Country and City.

## Resúmen

Raymond Williams realiza una reflexión acerca de la idea de la ciudad y el país que la mayoría de nosotros hacemos. Este autor, que ha contribuido de manera significativa a los estudios culturales, permite ampliar nuestra mirada a muchas cuestiones que han sido arraigadas en el imaginario común. Este trabajo pone en diálogo algunas obras de Raymond Williams, con el objeto de investigación, que se centra en la obra de Cornelius Penna titulado *The Dead Girl*.

## Palabras clave

Raymond Williams. Penna Cornelius. Ciudad y País.

Em *O campo e a cidade na história da literatura*, Raymond Williams trabalha com a ideia de campo e cidade que nós possuímos. Cada um tem uma visão do que seria o campo e, na maioria das vezes, vemos nele um lugar de tranquilidade, paz, harmonia com a natureza e encantamento, isto porque a maioria, nunca habitou esse lugar. Reproduzimos em nosso discurso aquilo que lemos em poemas bucólicos ou ouvimos em canções saudosistas. Esta visão seria a do cientista ou do turista e não do próprio camponês que trabalha no campo.

Quando indagamos a alguém que já habitou, ou habita ambientes agrários, a resposta é bem diferente. Para estes o campo é o lugar onde o trabalho se inicia com o nascer do sol e finda com o seu poente. Por isto a visão de tranquilidade não aparece nos discursos destas pessoas.

Quando passamos a pensar no campo em relação à cidade, possuímos a visão de que cidade é o lugar do progresso, de civilização, ao mesmo tempo em que o campo é sinal de atraso. Frequentemente não paramos para pensar que muitos progressos que obtivemos em nossa trajetória humana foram provenientes do campo, como por exemplo, o maquinário agrícola, o fim do trabalho escravo, a chegada de imigrantes em nossas terras, enfim, todos os lugares que servem de vivência para o ser humano são passíveis de progressos, de mudanças.

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. (WILLIAMS, 1988, p. 11).

Por tratar do campo e da cidade, esta obra de Raymond Williams é a que melhor poder associar-se ao este trabalho, pois ele consiste em analisar a obra de Cornélio Penna intitulada *A Menina Morta*, publicada em 1954. Trata-se de um romance que tem como cenário uma fazenda de café do Vale do Paraíba, onde podemos observar o cotidiano de uma família que vivia sob a proteção do grande proprietário de terras, conhecido como Comendador. Este, grande patriarca, tinha o poder sobre as terras, sobre a sua família, os seus trabalhadores, entre eles o escravo africano. Enfim, todos os que habitavam as suas terras.

No romance, ao contrário da visão de campo como lugar de tranquilidade e atraso, o vemos como lugar de trabalho, em que o escravo trabalhava de sol a sol para garantir a riqueza do proprietário de terras. Aqui o campo é lugar de sacrifícios, onde o trabalhador é obrigado a deixar a sua terra natal para habitar um lugar distante, do qual não conhece a língua, mas sabe que deve trabalhar, pois, se não o fizer, é castigado.

O feitor com uma praga gritou-lhes qualquer coisa que não entenderam. Entretanto já conheciam o que era, puseram-se todas no meio da grande quadra, elas mesmas desprenderam as pesadas camisas que lhe cobriam os bustos de formas opulentas e exageradas, e ficaram nuas até a cintura. Sabiam que não podiam receber palmatoadas como as outras porque então não poderiam lavar a roupa naquele dia porque ficariam com as mãos inchadas e sangrentas [...] e também não queriam rasgar os vestidos que tinham de chegar até o dia de festa próxima, quando seriam feitas novas distribuições! (PENNA, 1970, p. 65).

No romance escrito por Cornélio Penna, o campo é retratado como lugar de dominação. Os que possuíam riquezas mandavam e os que possuíam apenas a força de seus braços, obedeciam. Lugar, por excelência de trabalho, pois é através dele que os senhores multiplicavam o seu patrimônio. Lugar também de crueldade, pois os castigos serviam para coagir o escravo fazendo com que este se tornasse refém do proprietário de terras. Assim, no lugar de bucólico, Penna retrata o campo como um lugar melancólico.

O tom de melancolismo na obra de Penna se dá através da maneira

como o autor apresenta os seus personagens, sempre com ar de tristeza, assombrados pelo passado, repletos de sentimentos negativos em relação à vida, pois não são capazes de superar as suas perdas, infelizes pelo casamento mal arranjado, pela doença que os assola, pelo falecimento de um ente querido, pela perda de grandes fortunas, pela colheita perdida, pelas horas passadas no tronco recebendo chibatadas, enfim, cada um no seu universo, sempre mergulhado no mundo de tristeza e amarguras.

Ao contrário do campo como um lugar pleno de alegria e satisfação, na obra de Penna, o campo é o lugar de tristeza, massacre, exploração, violência e repressão. Nesta perspectiva, podemos indagar: por que, ao contrário de muitos autores bucólicos, Cornélio Penna opta por retratar o campo a partir de características tão negativas?

Podemos encontrar a resposta se pensarmos que o autor preferiu tratar de uma realidade do Brasil do século XIX. Ou melhor, do país desde a sua fundação, em que o campo sempre serviu como o lugar do trabalho e da obtenção de lucros. O patriarcalismo no Brasil se iniciou com os grandes engenhos que tinham como base a monocultura, no caso o açúcar, a mão de obra escrava africana e a concentração de poder nas mãos do proprietário de terras. “Eram, pela solidez de seus estabelecimentos, considerados como a mola real da riqueza e do poder na colônia, os animadores reais da produção”. (HOLANDA, 1963, p. 66)

A sociedade colonial no Brasil, principalmente em Pernambuco e no Recôncavo da Bahia, desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar, não em grupos a esmo e instáveis; em casas-grandes de taipa ou de pedra cal, não em palhoças de aventureiros. (FREYRE, 1998, p. 17)

Nos engenhos, tudo se fazia consoante a vontade do patriarca. Constituía em um organismo completo que se bastava por si só. Havia a capela, a escola de primeiras letras, a horta de onde retiravam seus alimentos, a criação de animais que também serviam para a alimentação e até serrarias nas quais fabricavam seus móveis e os apetrechos a serem utilizados no engenho. (HOLANDA, 1963). A casa-grande reunia a família que, para Gilberto Freyre (1998), foi a grande responsável pela colonização do Brasil, pois ela consistia na “[...] unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política”. (FREYRE, 1998, p. 18).

Sob o julgo do senhor estavam todos os que viviam em suas terras, ou que dependiam direta ou indiretamente de sua renda. Neste caso, a família que compreende a esposa, filhos, agregados (parentes pobres que haviam perdido sua fortuna, ou que haviam se tornado órfãos e eram sustentados pelo senhor), escravos e trabalhadores livres que o auxiliavam no controle e punição dos cativos. “Os escravos das plantações e das casas, e não somente os escravos, como os agregados, dilatam o edifício familiar e, com ele a autoridade imensa do *pater-familias*.” (HOLANDA, 1963, p. 68).

Nesta sociedade, o privado se opunha ao público. O poder privado estava concentrado nas mãos do senhor e este poder é o que garantia a manutenção da ordem patriarcal. “É o poder privado do senhor sobre seus escravos que define essencialmente a ordem escravista.” (CASTRO, 1997, p. 338).

Comprados em mercados ou nas próprias fazendas, a mão de obra negra escrava era responsável pela riqueza do senhor, por isto consistia na base em que se fortaleceu o sistema patriarcal. Em suas mãos estavam todo o trabalho na fazenda, desde o plantio à colheita do café. Trabalho que estava sob constante vigilância. “O dia de trabalho do escravo era longo, iniciando-se antes do amanhecer e terminando muitas vezes várias horas após o repentino pôr-do-sol do platô do Paraíba.” (STEIN, 1990, p. 197).

A vigilância constante acompanhada da “[...] punição brutal, eram consideradas uma necessidade absoluta nas fazendas de café. O funcionamento de uma fazenda variava diretamente em função da eficiência da mão de obra.” (STEIN, 1990, p. 167). Pois numa época em que não havia maquinário para trabalhar a lavoura, o trabalho do escravo era essencial para garantir a produção a ser comercializada. O escravo tinha que ser “[...] obrigado a trabalhar no horário sob pena de punição, com vigilância e disciplina rígida, forçados a dormir em alojamentos trancados, proibidos de se comunicarem com escravos de fazendas próximas e desprovidos de todas as armas que possuísem.” (STEIN, 1990, p. 169).

O castigo se configurava na maneira mais eficaz utilizada para fazer com que o escravo trabalhasse melhor e por mais tempo, e para que prestasse mais obediência ao seu senhor. Por isto “[...] o símbolo mais visível da autoridade do senhor sobre o escravo seria o chicote. Usualmente possuía nove rabos com a ponta revestida de metal, conhecido como ‘bacalhau’ ou ‘rabo de tatu.’ (STEIN, 1990, p. 170)

Cabia aos feitores a aplicação dos castigos. Sempre ordenados pelo senhor, chicoteavam os escravos e depois “[...] esfregavam nas feridas uma ‘mistura de pimenta, sal e vinagre’, provavelmente para cauterizar, mas que era interpretado pelos escravos como uma forma de fazer machucar mais”. (STEIN, 1990, p. 171).

Robert Slenes (1997) aponta que os anúncios nos jornais de Campinas, que tinham como assunto principal os escravos fugidos e que haviam sido capturados, denunciam a crueldade praticada contra os negros durante as seções torturantes de castigos. “Na década de 1870, um em cada doze cativos anunciados carrega, explicitamente, as marcas ou os grilhões da punição: ‘tem sinal de castigo nas costas e nádegas’, ‘tem sinais no pescoço [e nos tornozelos] provenientes de ferros’, ‘está com ferro nos pés e gancho no pescoço.’” (SLENES, 1997, p. 277)

Considerados os “[...] pilares da sociedade agrícola [...]” (STEIN, 1990, p. 83), os escravos também serviam para que o senhor conseguisse privilégios da Coroa. “A mão de obra escrava não era indispensável somente no trabalho da terra; o número de escravos havia sido um pré-requisito na obtenção de sesmarias da coroa portuguesa.” (STEIN, 1990, p. 83). A Coroa concedia sesmarias a proprietários de terras, se estes possuísem um bom número de escravos, pois assim ficava certo de que pudessem cultivar as terras recebidas.

Stanley Stein (1990) afirma que na década de 1830, “[...] as finanças do Império estavam apoiadas na prosperidade dos cafeicultores [...]” (STEIN, 1990, p. 93), pois aproximadamente “[...] 60% do imposto de contribuição de Vassouras para a província do Rio vinham de um imposto sobre a venda de escravos.” (STEIN, 1990, p. 93). Fato que explica porque a Coroa concedia sesmarias aos proprietários de terras com base no número de escravos que possuía. Quanto mais terras, maior número de escravos para cultivá-las, maiores impostos arrecadados.

Primeiro nos engenhos de açúcar, a apropriação do campo como produtor de riquezas no modelo latifúndio, monocultor, com utilização de mão de obra escrava africana, em outros tempos, o café, em algumas regiões, o gado, em outras o cacau. No Brasil, o campo sempre serviu de lucros aos poderosos, o lugar de exploração e apropriação, que levou inúmeros autores, entre eles Cornélio Penna, a pensá-lo como lugar de intensa atividade e apropriação e não como lugar de harmonia e tranquilidade.

Este ponto de contraste entre o pensamento comum sobre o campo,

e a realidade que observamos em diversos momentos da história, podemos encontrar em Raymond Williams da seguinte forma:

Examinemos em primeiro lugar a idealização de uma economia ‘natural’ ou ‘ética’, já utilizada por muitos para contrastar com a investida impiedosa do capitalismo. Nela havia muito pouco de ético ou natural. [...] a ordem social em que se praticava esta agricultura era tão dura e brutal quanto qualquer outra que a tenha sucedido. [...] Essa economia, mesmo em tempo de paz, era uma ordem de exploração absoluta: não só a terra mas também as pessoas eram consideradas propriedade; a maioria dos homens via-se reduzida à condição de bestas de carga, presos pelos tributos, pelo trabalho forçado, ou então ‘comprados e vendidos como animais.’ (WILLIAMS, 1988, p. 59).

Na obra de Cornélio Penna a cidade aparece como o lugar de contato. É na cidade que os moradores do campo entram em contato com as últimas tendências de moda provenientes da Europa, onde também se comunicam com demais proprietários de terras, realizam trocas comerciais, adquirem alimentos que não são produzidos em sua fazenda, comunicam-se com pessoas de demais nacionalidades e localidades, e também onde entram em contato com os estudos.

Neste caso, a cidade se configurava como o local de sabedoria e inteligência, muitos fazendeiros enviavam seus filhos para estudar na capital, a fim de que se tornassem mais sábios, ou mais cultos. Neste sentido vemos uma semelhança com a obra de Raymond Williams, (1988) quando ele chama a atenção para o fato de que muitos possuem a visão de que no campo as pessoas seriam ignorantes. No caso da fazenda, aquele que habitava o campo não seria tão esperto quanto aquele, que em certa altura da vida, passou a viver na cidade para estudar. O próprio autor passou por experiência semelhante: “[...] eu vim de uma aldeia para uma cidade; para ser ensinado, aprender; entregar fatos pessoais, incidentes de uma família, a um registro geral; aprender dados, conexões, perspectivas diferentes.” (WILLIAMS, 1988, p. 17).

O ponto de semelhança que podemos encontrar entre campo e cidade é que ambos são locais de movimentação, de diálogos, de relações sociais, principalmente no seio familiar. “A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões.” (WILLIAMS, 1988, p. 19).

Na obra de Williams a visão que as pessoas possuem de cidade é de lugar de imprudências.

Essa vida fervilhante, de lisonja e suborno, de sedução organizada, de barulho e tráfego, com ruas perigosas por causa dos ladrões, com casas frágeis e amontoadas, sempre ameaçadas de incêndio, é a cidade como algo autônomo, seguindo seu próprio caminho. (WILLIAMS, 1988, p. 70).

Raymond Williams convida a pensar como devemos nos indagar sobre as diferenças entre campo e cidade. Para ele não devemos “[...] perguntar apenas o que está acontecendo, num dado período, com as ideias do campo e da cidade, mas também a que outras ideias, dentro de uma estrutura mais geral, elas estão associadas.” (WILLIAMS, 1988, p. 388). Devemos observar que a ideia que se tem tanto de cidade quanto de campo, está associada com o tempo e o contexto em que é produzida. Em determinados séculos vemos a cidade associada à riqueza, enquanto que em outros ela é associada à marginalidade, banditismo, mundanidade e, ainda em outros tempos, à ideia de evolução, desenvolvimento tecnológico e progresso.

É necessário entender o processo como um todo. Confrontar as realidades históricas de cada pensamento, analisando o tempo em que foram produzidos em associação com o ser humano que as produziu, a partir de suas vivências e costumes.

Assim, concordo em ver a cidade como representação do capitalismo, tal como muitos estão fazendo agora, desde que possa afirmar também que este modo de produção teve origem especificamente na economia rural da Inglaterra e lá produziu muitos dos efeitos característicos que foram posteriormente encontrados, em diversas formas, em cidades e colônias e em todo um sistema internacional.(WILLIAMS, 1988, p. 391).

Ainda em relação à ideia que se tem sobre o atraso no campo, Williams chama a atenção para o fato de que é no campo que as principais revoluções da história da humanidade ganharam força e se tornaram irreversíveis:

A Revolução Chinesa, derrotada nas cidades, foi para o campo e lá ganhou força que a levou à vitória. A Revolução Cubana foi da cidade para o campo, onde sua força se formou. Numa era de lutas de libertação nacional e social, as populações exploradas rurais e coloniais tornaram-se as principais fontes de revolta constante. Na famosa frase chinesa a respeito da revolução mundial, o ‘campo’ cercava as ‘cidades’. Assim, os ‘idiotas rurais’ e os ‘bárbaros e semibárbaros’ vêm sendo, há quarenta anos, a principal força revolucionária do mundo (WILLIAMS, 1988, p. 406).

A escolha de Cornélio Penna em retratar o campo como lugar em que

as relações sociais se configuraram através da brutalidade e do trabalho árduo está relacionada com um desejo do autor de mostrar uma realidade de fato brasileira. O autor se preocupava em relatar a história do Brasil, no qual o campo era a força motriz de todo o sistema político, econômico e social.

Nos romances de Cornélio Penna é evidente uma tentativa de desmitificação de uma identidade nacional coesa e harmônica. O Brasil está estilhaçado por uma história violenta, produtora de um mosaico que, mal unido, não forma mais que uma imagem geográfica. Um mapa com fronteiras externas e sobretudo internas que dividem grupos étnicos e sociais representando papéis rígidos, com pouca ou nenhuma mobilidade. (SANTOS, 2005, p. 87).

Outro ponto importante em *A Menina Morta* é a visão que o autor expressa do campo como o local de mudanças. Podemos observar esta visão no fato de que a ordem social vigente na época, do homem dominando a todos, foi invertida por uma mulher. No caso, a filha do Comendador, proprietário da fazenda, quando volta de seus estudos na Corte, nega-se ao casamento arranjado por seu pai. Este é acometido por uma enfermidade fatal e o destino da fazenda acaba nas mãos de sua filha Carlota, ou seja, nas mãos de uma mulher! Esta, por se colocar contra os maus tratos aos escravos, alforria-os antes mesmo da abolição.

Antes da chegada da filha, a própria esposa do Comendador, Mariana, não suporta a morte da filha caçula e a ordem patriarcal a que estava submetida e foge da fazenda. Ambas as ideias de ruptura se configuram como impensáveis se pensarmos no campo como ideia de harmonia. No romance vemos o campo como lugar não só de alterações, mas também de revolução, onde ocorrem alterações drásticas nas vivências de seus habitantes e na ordem a que há anos estavam submetidos.

Neste sentido tem-se, mais uma vez, a cidade sob uma ideia de progresso e libertação. Carlota teve a oportunidade de sair do campo para ir à cidade estudar. Este fato contribuiu para as mudanças que houve principalmente em seu pensamento. Na cidade, Carlota teve contato com as ideias abolicionistas, com um mundo diferente do que estava acostumada. É no meio urbano que nasceu em Carlota o sentimento de força que teria para se opor ao masculino e tomar para si as rédeas da fazenda.

Compreender as mudanças propostas por Cornélio Penna não exige somente um estudo do objeto em questão, no caso a sua obra *A Menina Morta*, mas sim o contexto em que a obra foi escrita e também a vivência do

próprio autor quando a produziu. Nas palavras de Maria Elisa Cevasco (2001) em sua análise sobre a contribuição de Raymond Williams para os estudos culturais: “[...] vista como atividade social e material, a arte não tem sentido se dissociada da sociedade onde atua de forma específica.” (CEVASCO, 2001, p.51).

Por isto, para compreender melhor a obra, objeto a pesquisa, entremos melhor no mundo de Cornélio Penna: escritor relativamente pouco conhecido, Cornélio Penna publicou apenas quatro romances, *Fronteira* (1935), *Dois Romances de Nico Horta* (1939), *Repouso* (1949) e *A Menina Morta* (1954). Nasceu no Rio de Janeiro em 1896 e passou a maior parte da infância em Minas Gérias. A vida adulta ele passou em Campinas. Em São Paulo cursou a faculdade de Direito, iniciando suas atividades literárias nos jornais e revistas acadêmicos. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1958.

Suas obras não tiveram muita repercussão, não se trata de um escritor nacionalmente conhecido por diversas gerações, como Machado de Assis ou Graciliano Ramos. Seus escritos atualmente despertam maior interesse no público acadêmico porque tinha uma maneira própria de narrar e que utilizava elementos bastante distintos para descrever seus personagens e desenvolver o seu enredo.

A mais importante característica do estilo literário de Cornélio Penna é a narrativa introspectiva, ou mais conhecida como romance psicológico. A literatura dos anos 1930 foi marcada por duas principais vertentes opostas, o romance social e o romance psicológico. Penna se enquadra no romance psicológico, sendo ele um dos poucos escritores que utilizaram este novo estilo literário. Os escritores que se engajavam nesta vertente preferiam uma visão mais crítica das relações sociais em contraposição aos escritores do romance social, que possuíam uma visão mais voltada para a sociedade de maneira geral, usando literatura com o objetivo de denúncia.

Nesta espécie de narrativa, os seres que compunham o enredo eram descritos não por seu fenótipo, mas sim por suas características psicológicas, destacando seus pensamentos em relação à sociedade em que viviam. Enquanto a literatura brasileira estava marcada por romances de cunho social, em que se destacavam os problemas de fome e miséria que assolavam a parcela mais pobre da população brasileira, Cornélio Penna lançava sua linha intimista em que o ser humano ocupava a cena com seus problemas emocionais.

Este estilo de literatura intimista não informava apenas a realidade

em que se encontrava o Brasil. Embora o leitor se preocupasse em ler o que era considerado denúncia de uma sociedade que sofria pela exploração dos mais abastados em relação aos escravos e os miseráveis, esquecia-se de que a leitura de introspecção denunciava os problemas do ser humano, vítima desta sociedade.

Cornélio Penna escrevia sobre o homem e não sobre a sociedade em que este estava inserido. O ser humano era colocado como o centro da narrativa. A partir dele e de sua relação com os demais é que Penna vai traçando o perfil da sociedade de que ele está tratando no romance. Este é repleto de sentimentos como ira, temor, fé, ou a falta dela, paixão, melancolia, inveja, cobiça. A partir dos sentimentos que cultivava em seu ser e da forma com que pensava sobre sua vida, é que o homem era descrito.

O romance *A Menina Morta* foi concluído pelo autor no ano de 1953, sendo publicado um ano depois de sua finalização. Se analisarmos a temporalidade em que foi escrito o romance, podemos perceber qual o motivo que teria levado Penna a escrever sobre um século anterior, apropriando-se de elementos de sua própria temporalidade, como por exemplo, o caso da mulher subvertendo a ordem patriarcalista.

No final do século XIX a sociedade sofreu grandes transformações comportamentais, inclusive no setor feminino. O nascimento da burguesia e o desenvolvimento de uma vida urbana com novas formas de convivência social propiciaram o desenvolvimento de uma nova visão sobre a sociedade em questão. Presenciamos nesta etapa o surgimento de uma nova mulher, agora marcada pela valorização da intimidade.

A ideia de intimidade se ampliava e a família, em especial a mulher, submetia-se à avaliação e opinião dos 'outros'. A mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre – 'a convivência social dá maior liberdade às emoções' -, não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada. (D'INÁCIO, 1997, p. 228).

Se antes a mulher estava presa à casa-grande e às amarras da fazenda, agora ela passa a conviver em grupo. Para isto ela renova seu comportamento sempre destinado ao olhar do outro. Desta forma a mulher desenvolve certa autonomia, pois antes ela agia de acordo com as regras impostas por seu marido e estava sempre sob seu olhar vigilante. Agora, no convívio social, ela

é responsável por seus próprios atos e palavras, afinal tem uma vida longe do olhar repressivo do homem.

O convívio com outras senhoras em meios públicos trouxe outras possibilidades de entretenimento e, entre bordados e receitas, as novelas românticas são consumidas, trazendo um novo ideal sobre o amor. “As histórias de heroínas românticas, langorosas e sofredoras acabaram por incentivar a idealização das relações amorosas e das perspectivas de casamento.” (D’INÁCIO, 1997, p. 229).

Nesta nova visão de mundo, as mulheres casadas contribuía para a ascensão da família. “Mulheres casadas ganhavam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães.” (D’INÁCIO, 1997, p. 229). Boa mãe significava participar desde cedo da criação dos filhos e ser a grande responsável pelo ser humano que eles seriam no futuro.

Os cuidados e a supervisão da mãe passam a ser muito valorizados nessa época, ganha força a ideia de que é muito importante que as próprias mães cuidem da primeira educação dos filhos e não os deixem simplesmente soltos sob influência das amas, negras ou ‘estranhos’, ‘moleques’ da rua (D’INÁCIO, 1997, p. 229).

Estas novas mudanças comportamentais, que as mulheres adquiriram iniciaram-se no século XIX e se acentuaram no século XX, quando o escritor produzia sua obra. Neste sentido, foi de fundamental importância um entendimento da temporalidade vivida pelo autor e o contexto em que o romance foi escrito, pois através desta perspectiva podemos observar que Penna se apropria de características de seu próprio tempo para produzir uma narrativa carregada de tensões e inovações no comportamento social, principalmente em relação à figura feminina

Em *O Teatro como um fórum político* Raymond Williams (2011, realiza este trabalho de análise do contexto em que a obra foi produzida para melhor compreensão do objeto que se pretende analisar. No caso, Williams analisa o teatro como expressão política da sociedade da qual trata. O autor aponta as influências que o drama recebeu no decorrer do tempo, tanto de vertentes artísticas como o naturalismo, como do próprio comportamento cotidiano.

Assim, locais sociais reais e muitas vezes novos foram colocados no palco e, dentro do mesmo propósito, houve cada vez mais atenção à

reprodução, dentro deles, da fala e do comportamento cotidianos. Essas novas convenções passaram, de maneira cada vez mais ampla para o drama como um todo. (WILLIAMS, 2011, p. 79).

No entendimento de Raymond Williams, cultura pode ser definida como uma incorporação de valores, práticas e significados que estabelecem uma interligação entre si. O que vemos é uma agregação, por parte de Cornélio Penna, de uma cultura como prática vivente de seu tempo, em que ele se utiliza desta incorporação para reproduzir uma história passada, assimilando características de sua vivência aos personagens de uma época anterior.

Neste sentido o que Penna realiza é o que Raymond Williams denomina de tradição seletiva, sendo que tradição é “[...] uma versão intencionalmente seletiva de um passado modelador e de um presente pré-modelado, que se torna poderosamente operativa no processo de definição e identificação social e cultural.” (WILLIAMS, 1988, p. 118).

Houve, neste sentido, uma seleção por parte de Penna de uma parte da história do Brasil em que ele retrata os maus tratos sofridos pelos escravos e a subordinação em que a mulher vivia antes de reverter a ordem vigente. Estas características em evolução se transformariam presente vivido pelo autor. A própria família retratada no romance é uma instituição dentro desta tradição seletiva. A família transmite os ensinamentos, os filhos aprendiam apenas o que os pais queriam ensinar.

Há, na obra de Penna, uma espécie do que Williams denomina de passado residual, ou seja, um passado que persiste no presente que foi resgatado pelo autor, porém imbuído de características do próprio presente, no caso a desagregação e ruptura, o comportamento feminino e as mudanças que este comportamento acarretaram. As novas práticas e os novos significados provenientes deste passado residual, que surgiram no novo contexto são o que Williams denomina de emergente.

A contribuição de Raymond Williams é de fundamental importância para qualquer trabalho que diz respeito às práticas sociais seja no campo ou na cidade. As relações entre os seres humanos, entre si e com o ambiente em que habitam são formas culturais de se relacionar. A cultura é todo modo de vida, por isto ela é para todos. Denominar de cultura somente as produções dos grandes artistas exclui todas as formas de expressão de significados e valores de uma sociedade.

Neste sentido, tudo o que o homem produz em sua vivência e em seu

tempo é cultura. Ela não é o resultado de uma vivência, mas sim agência, no sentido de que está sempre em movimento, o ser humano a produz a partir de elementos tanto do passado como do presente, em uma inter-relação constante. O homem não só recebe uma cultura herdada, mas principalmente se apropria dela imbuindo-a de novos significados e valores. Portanto ela não é reflexo, mas sim, constitutiva de uma sociedade.

A obra de Williams permite ver além de estruturas rígidas comportamentais. Na sua contribuição, vemos o homem como agente de seu tempo, como aquele que se apropria de suas tradições herdadas por instituições (família, escola, igreja...) e ressignificadas em seu próprio tempo a partir de sua própria vivência. Por isto precisamos compreender o ser humano em sua relação com o todo, em constante modificação e movimentação e é isto que Williams convida a fazer.

## Referências

CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luis Felipe. **História da vida privada no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 337-383.

CEVASCO, Maria Elisa. Uma apresentação e um plano de trabalho: *Culture is Ordinary*. In: **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p.15-75.

D' INÁCIO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. (org.) **História das mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 223-240.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Herança Cultural. In: **Raízes do Brasil**. 4. ed. Brasília: UNB, 1963. p. 57-84.

PENNA, Cornélio. **A menina morta**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.

SANTOS, Josalba Fabiana. Metáforas da nação: Cornélio Penna e Gilberto Freyre. **Revista Letras**, nº 66. Curitiba: UFPR, maio/ago 2005. p. 77-89. Disponível em: [www.ser.ufpr.br](http://www.ser.ufpr.br) Acesso em março/2010.

SLENES, Robert. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luis Felipe. **História da vida privada no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 235-290.

STEIN, Stanley J. **Vassouras, um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

WILLIAMS, Raymond. Cultura, Língua e Literatura. In: **Marxismo y Literatura**. Barcelona, Península, 1988.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história da literatura**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988, p. 11-79, 387-401.

WILLIAMS, Raymond. O Teatro como um fórum político. In: **Política do Modernismo: contra os novos conformistas**. São Paulo: UNESP, 2011. p. 73-92.

**Submetido em: 06/09/2012 - Aprovado em: 07/11/2012**